

PAMONHAS EPISTEMOLÓGICAS – NOTAS SOBRE A LEITURA GEOGRÁFICA DA ALIMENTAÇÃO

Epistemological pamonhas – notes on the geographic reading of food

Eguimar Felício Chaveiro

Universidade Federal de Goiás - UFG

eguimar@hotmail.com

Resumo: A partir da metáfora enunciada na expressão “pamonhas epistemológicas” objetivamos apresentar uma síntese de algumas correntes teóricas e de alguns elementos de leitura que interpretam geograficamente a alimentação. A metáfora enunciada ganha sentido mediante a seguinte premissa: a comida e a alimentação contam a história de um povo; de um lugar; de uma cultura – de um tempo histórico determinado espacial e territorialmente. Nasce aqui a problematização: quais são as determinações sociais, os condicionamentos, as tensões, os problemas e as possibilidades de produção alimentos no atual período? Este trabalho decorre do projeto aprovado pelo CNPQ - “A produção de alimentos saudáveis no Cerrado Goiano: propostas para a soberania alimentar dos povos Karajá-Aruanã-Go”. Para a consecução do trabalho contou-se com a realização de seminários, colóquios, trabalhos de campo e orientação em nível da graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Palavras-chave: Produção de alimentos. Leitura geográfica de alimento. Determinações territoriais. Escalas

Abstract: Based on the metaphor stated in the expression “epistemological tamales”, we objectively present a description of some theoretical currents and some reading elements that interpret food geographically. The stated metaphor makes sense through the following statements: food and eating tell the story of a people; of a place; of a culture – of a spatially and territorially determined historical time. The question arises here: what are the social determinations, constraints, expenses, problems and possibilities of food production in the current period? This work arises from the project approved by CNPQ - “The production of healthy food in the Cerrado Goiano: proposals for the food sovereignty of the Karajá-Aruanã-Go people”. To complete the work, seminars, colloquiums, fieldwork and guidance at undergraduate, master's, doctoral and post-doctoral levels are required.

Keywords: Food production. Geographic reading of food. Territorial determinations. Scales

INTRODUÇÃO

A partir do projeto aprovado pelo CNPQ – chamada 04/202, intitulado “A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NO CERRADO GOIANO: propostas para a soberania alimentar dos povos Karajá-Aruanã-Go”, tem sido possível estabelecer várias leituras que, inicialmente, dariam - e dão – o suporte teórico à pesquisa. As leituras, enriquecidas com trabalhos de campo e com orientação em nível de graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, garantem que o tema alimentação é clássico na geografia brasileira. Embora seja clássico, atualmente se situa numa abertura de fronteira epistemológica.

São várias as perspectivas teóricas, assim como são múltiplos os prismas políticos e práticos que fundamentam a pesquisa geográfica da alimentação atualmente. A variedade é tão grande que, sem dúvida, pode-se dizer que o tema acede ao que se tem denominado “transversalidade epistêmica”. Pesquisadores de geopolítica, de ecologia política; de ambiente; assim como da geografia agrária; do planejamento territorial; de movimentos sociais; da geografia econômica; da agricultura urbana; da agroecologia; da saúde coletiva; de paisagens, espaços e territórios culturais; da geografia da saúde; de estudos pedológicos; da geografia política – e outros – participam do rol que pesquisam o tema.

Ao fazer uso da metáfora mediante a expressão “pamonhas epistemológicas” objetivamos apresentar uma síntese de algumas correntes teóricas que interpretam geograficamente a alimentação. A metáfora ganha sentido tendo como base uma premissa valiosa do campo: a comida e a alimentação contam a história de um povo; de um lugar; de uma cultura – de um tempo histórico determinado espacial e territorialmente. Daí, que convém problematizar: quais são as determinações sociais, os condicionamentos, as tensões, os problemas e as possibilidades de produção alimentos no atual período?

Algo impõe ser esclarecido: os processos sociais e políticos que produzem alimentos; as diferentes formas de controle da produção; a sua distribuição desigual; o ato de comer; a formação de um paladar consoante à hegemonia econômica atual, incluindo os elementos nutricionais, como a ingestão de calorias, vitaminas, sais, açúcares, embora ligados entre si, correm em raias próprias. Por exemplo: se é possível afirmar que a pamonha é um prato cultural que identifica o povo goiano, o território de Goiás se especializou em produzir commodities.

O possível conflito entre identidade cultural e função territorial se exemplifica em outras variáveis: hoje se produz menos alimentos da cesta alimentar do povo goiano e brasileiro na mesma medida que aumenta o uso do solo na produção de soja e derivados endereçados à

exportação. Parece que essa exemplificação esclarece o que parece ser uma premissa básica e essencial da interpretação geográfica do alimento: compreende-se a lógica da produção de alimentos mediante a lógica territorial na qual a produção do alimento se institui.

AS ESCALAS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Os estudiosos e pesquisadores do Cerrado brasileiro e do território goiano, entre os quais situam Barreira (1997); Manoel Calaça (2010); Marcelo Rodrigues Mendonça (2004), Maria Geralda de Almeida (2008), e outros, com força argumentativa, destacam duas situações históricas que culminam com a produção de alimentos: inicialmente, remontam o pós-guerra. Demonstram que na disputa pela hegemonia política e econômica mundiais, com a força dos Estados Unidos da América, foi desenvolvido um conjunto de ações em pesquisas agrônomicas, subsídios financeiros, estratégias e pactos políticos mirando a transformação do alimento numa das principais mercadorias do capitalismo.

Os autores fazem também referência ao modo como essas intervenções gerariam uma transformação no modelo de acumulação no Cerrado brasileiro e em Goiás, na virada da década de 1960 para 1970. Na escala regional, mediante o que denominam “modernização conservadora”, houve a alteração da hegemonia da troca simples, em que o alimento era produzido e consumido na região, para o modelo da troca acumulada. No regime da troca simples havia uma organização do trabalho, da sociabilidade e da vida, de uma maneira própria. Borges e Chaveiro (2015) apresentam, em detalhes, os elementos, inclusive, da escala local. Os autores dizem que,

“O monjolo em seu canto ritmado... a galinha no terreiro... o porco no chiqueiro... o pomar que se estende no quintal atravessado pelo rego, vertido em bicas rústicas, feitas de aroeiras. Abaixo um pequeno córrego com uma aguada multifuncional. É o lugar onde cavalos, vacas, bezerros saciam a sua sede; crianças e adultos banham prazerosamente. À noite, na medida do silêncio esticado pelo breu faiscado por vagalumes e pela lanterninha de mão, o sertanejo, num ato só, diverte e prove a família na pescaria de bagres e traíras (2015, 441)”.

Veja que o trabalho, ligando-se a objetos simples, como monjolo, rego, bica, e aos animais, organiza o mundo do sertanejo anterior a 1970. Essa organização dita a experiência e a temporalidade da vida que se constituía no lugar. Tudo isso, organizado espacialmente. É possível perceber que,

“As enormes pastagens que se estendem no ermo da grande propriedade, entrecortadas por casinhas de pau-a-pique dos agregados e peões; as pequenas

lavouras que ocupam o solo das zonas mais umidificadas dos vales; os capões de matas, muitos dos quais reservados para a manutenção da unidade fazenda servem à recepção de cobras que por lá se desmancham conforme a eficiência misteriosa do benzedor e da fé do fazendeiro e de sua família; as estradinhas sinuosas e obtusas que ligam moradores à propriedade da fazenda aos pequenos comércios, às rotas das roças, num tempo lento desse mundo, marcado pela distância com os centros hegemônicos do País, relativamente isolados e compelidos a uma vida com sustentação rústica, simples e operosa, traçam as categorias, as variáveis e os móveis que definem o enraizamento do mundo sertanejo goiano, a partir desse modelo central: a Fazenda-roça goiana (Chaveiro e Borges, 2015, 441/442)”.

Mas o enraizamento do mundo, em conformidade com a organização espacial da fazenda-roça goiana, não tinha nada de idílico. Na mesma organização espacial, em que a produção do alimento se encontrava no local da execução da vida, havia o controle das terras; a violência patriarcal; a divisão sexual rígida do trabalho; a força do coronelato e toda uma sociabilidade coercitiva, medrosa e ameaçada, inclusive com pouca ou quase nenhuma mobilidade social e espacial de camponeses e agregados.

Entretanto, não havia apenas a roça. A pecuária teve um poder forte, tanto é que o economista regional, Luis Estevam (2004) afirmava que “a pecuária era a essência do mundo caipira e do mundo sertanejo”. O pasto encapoeirado, os currais feitos de maneira rudimentar; a ligação afetiva com as vacas; a feitura do queijo, do requeijão, do pão de queijo; o uso da carne e do couro, inclusive, do estume para adubar as roças, e também a venda de bezerros, tinham tanta importância no mundo da troca simples que foram capazes de criar um derivativo simbólico, como música, danças, trabalhos e subjetividade.

As pesquisas agrônomicas, os pactos com os Estados nacionais, o controle das terras, a proletarização do trabalho no campo, a tecnicização produtiva, a inserção de adubos, pesticidas e sementes geneticamente modificadas; todo o processo de quimificação da agricultura; o aumento da produção e da produtividade – e outras transformações – foram a mola que impulsionou a superação da troca simples pela troca acumulada mediante a modernização conservadora. Canuto (2004, p. 3), explica o processo dizendo que,

“Os avanços tecnológicos aplicados ao agronegócio são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras tem apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passa do que podemos chamar de modernização conservadora. Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. Para (Gonçalves, 2003) com base na análise dados da violência do Caderno de Conflitos, esta contradição resulta da “colonialidade do poder (e do saber) que comanda nossa formação social.”

Segundo ele, “o melhor indicador dessa colonialidade se faz sentir na própria ideia de modernização que, sempre, aparece justificando e legitimando a reprodução das relações sociais e de poder no Brasil do que, talvez, o melhor exemplo hoje seja a expansão do agronegócio, tanto na região Centro-Oeste, como em Rondônia, ao longo da Cuiabá-Santarém, em Tocantins e no Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Oeste da Bahia. Como os dados indicam, a violência continua subjacente estruturando as relações sociais e de poder.

O projeto estimulado pela modernização conservadora redundou na atual fase da agricultura brasileira e goiana, marcada pela expansão do agronegócio. Há que se perceber, conforme narrou Canuto (2004), que houve, desde o início, uma ação de poder. O esquema da dupla articulação caracterizada internamente por um espaço cuja função era oferecer seus produtos para fora mediante a exportação e acolher as inovações tecnológicas de fora para dentro, estabeleceu o elo da subordinação da agricultura ao comércio internacional e ao regime da troca acumulada.

A rápida subordinação da agricultura camponesa ao regime da troca acumulada foi responsável pela formação, no Cerrado brasileiro e no espaço goiano, de um dos maiores corredores produtivos de alimentos e produtos para a exportação. Embora, o modelo tenha alcançado um incremento vertiginoso do PIB – produto interno bruto, se tornou responsável por desarticular o regime alimentar de camponeses, povos indígenas e quilombolas, ao preço de uma profunda desigualdade social com rebatimento urbano.

De maneira, que essa lógica, claramente concentradora, desigual e predatória, determinada na escala geopolítica mediante a internacionalização da agricultura, deixou como marca e resultado, a fragante diminuição da produção de bens e produtos da cesta básica da alimentação. Houve a diminuição da produção do arroz e do feijão. Assim sendo, todo o processo de produção de alimentos foi direcionado em duas vias: os alimentos saudáveis ficaram ao encargo da agricultura camponesa, orgânica e por projetos de agroecologia, enquanto que a maioria da produção foi – e é – direcionada à exportação.

Quadro 1 - Evolução da área colhida (ha) e da produção (t) de soja, milho, cana-de-açúcar, feijão e arroz em Goiás - 2015 e 2021:

Tipo de Produção	2015		2021	
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Área Colhida (ha)	Produção (t)
Soja	3.260.025	8.595.672	3.855.277	13.654.117
Milho	1.401.843	9.483.548	1.860.245	10.750.433
Cana-de-açúcar	930.052	69.127.015	926.609	72.012.198
Feijão	122.797	315.109	138.654	340.325
Arroz	25.258	109.809	25.515	124.510

Fonte: Instituto Mauro Borges
Organização: o autor

Os dados apresentados mostram que a produção de alimentos é constituída e controlada estrategicamente pelos impérios agroalimentares, ou pelo que se pode denominar “sistema agroalimentar hegemônico”. Os dados ainda explicitam o centro da mudança do espaço agrário goiano, o qual se especializou, mediante o controle corporativo dos territórios, na produção de monoculturas de exportação sendo coadjuvante no abastecimento do mercado mundial de commodities agrícolas. Isso tudo, subordinando e desmotivando a produção de bens da cultura alimentar goiana e brasileira.

Mussoi, Sirota, dos Anjos e da Silva (2015, pag. 1), explicam o termo e a sua posição no campo da produção de alimentos. Elas dizem que,

“O sistema agroalimentar hegemônico, voltado à produção de commodities, tem provocado a exclusão e substituição de alimentos culturalmente utilizados e considerados básicos da prática alimentar da população brasileira. Este modelo de produção, além de colaborar com a situação de insegurança alimentar e nutricional, em especial, no campo, tem provocado outras consequências que englobam desde a dificuldade de acesso a alimentos, até a criação de um contexto de exclusão social, de insustentabilidade ambiental e de prejuízos à cultura e à diversidade na produção e consumo alimentar. Com base neste cenário, as indústrias alimentícias, apropriando-se de conhecimentos científicos e do poder de divulgação em massa, vêm ganhando espaço e projeção de seus produtos nos mercados de alimentos, suprimindo, da população consumidora, qualidade e diversidade alimentar”.

O controle das terras e do território; a desarticulação do mundo camponês e a sua subordinação aos impérios agroalimentares; o refreio à diversidade alimentar; a quimificação dos elementos genéticos; a formação de uma rede organizada em que se situam a pesquisa agrônômica; a venda de insumos; a financeirização dos negócios; a formação de bancadas políticas conservadoras, juntando-se ao sequestro das águas; ao desmatamento descontrolado e deletério e, inclusive, à tentativa de mudar o paladar, demonstram que da escala geopolítica à escala local, alimento e poder se mesclam e se aglutinam mediante a forma de uso da terra e do destino dos produtos gerados.

Vejamos como isso pode ser visto em números.

Quadro 2 - Principais produtos e valores da exportação de produtos dos Complexos de Soja e Carne em Goiás – 2021

Produtos dos Complexos de Soja e Carne	Valores (US\$ FOB)
Produtos do Complexo de Soja	
Soja, mesmo triturada	3.193.221.285
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	844.954.801
Óleo de soja e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	253.768.430
Valor total dos produtos do Complexo de Soja exportados	4.291.944.516

Produtos do Complexo de Carne	
Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	1.185.798.015
Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105	402.178.014
Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas	118.360.390
Miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, suína, ovina, caprina, cavalariça, asinina e muar, frescas, refrigeradas ou congeladas	48.342.349
Valor total dos produtos do Complexo de Carne exportados	1.754.678.768

Fonte: Instituto Mauro Borges
Organização: o autor

Esses números testemunham vários aspectos da realidade do espaço agrário goiano e da produção de alimentos. O primeiro testemunho é a relação entre o modelo de desenvolvimento financeiro da agricultura e a sua relação geopolítica; o segundo, se dá no sentido de ver o elo entre a riqueza econômica e o poder político local; o terceiro, ocorre com o que Almeida (2008), denomina “cultura ecológica”, ou ao que temos denominado de hegemonia predatória, especificamente na efetivação de vários problemas ambientais. Esses problemas quase sempre redundam numa patologização global da vida efetivado pelo “nutricídio”, em que comer adocece.

ALGUMAS REFERÊNCIAS GEOGRÁFICAS NA LEITURA DO ALIMENTO

Ao participar do evento SIGEOLITERART – Simpósio de Geografia, Literatura e Arte, na cidade de Goiás, em 2022, foi possível, a partir de uma escuta sistematizada, sintetizar as chaves de leitura dos estudos alimentos. O quadro de entradas teóricas e de problemáticas estabelece uma pauta para a pesquisa geográfica. Destacam-se;

1. a terra como ser vivo total
2. a acessibilidade alimentar
3. a dimensão cultural do comer
4. a alimento como traço da dignidade de quem trabalha na terra e dela vive
5. a dimensão política do alimento e a organização de bancadas que possuem força no controle do Estado
6. a alimentação doente e o processo de nutricídio
7. comer como forma de subordinação aos impérios agroalimentares
8. contradição entre o marketing/publicidade/esporte e a alimentação

9. a formação do hábito alimentar na criança
10. a educação alimentar: forjar valores alimentares
11. a revolução que passa pela boca: o conflito dos paradigmas da alimentação (intoxicados e saudáveis)
12. o adoecimento e a medicamentação social
13. colocar a boca no campo da reflexão da alimentação
14. ver os vários projetos de alimentação
15. a pedagogia do território e a alimentação

Esse quadro revelador das entradas temáticas e dos componentes do campo de pesquisa envolvendo território, alimento e vida, desembocou numa questão central: é possível haver alimentação saudável no capitalismo? Além dessa pergunta de fundo político, ético e filosófico, registrou-se que, cada vez mais, o sujeito que come não sabe a origem de seu alimento. Essa separação é socialmente determinada desembocando na alienação alimentar. Nesse ponto, a lição de Ailton Krenak (2019, paga 6) é perspicaz. Diz ele que,

“A humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade. Porque tem humanidade, vamos dizer, bacana, uma gente que fica agarrada à terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.”

Ao ler as palavras de Krenak nos é possível estabelecer uma síntese afirmando que desde o reconhecido, profundo e corajoso trabalho de Josué de Castro mediante os livros “Geografia da Fome (1946)” “Geopolítica da Fome (1951)”, “Sete Palmos de Terra (1967)” e “Um caixão e Homens e Caranguejos (1968)”, passando pelos trabalhos de geógrafos da virada crítica, do final da década de 1970/1980, estabelecendo uma leitura dos conflitos espaciais e das disputas territoriais, incluindo elaborações recentes de Mitidieiro, (2005); Oliveira (2014, 2016); Souza, (2015, entre outros, até os que incorporam a denominada geografia cultural com forte presença das pesquisas de Almeida (2017), no campo dos geossabores e das geopoéticas, é rica e necessária a leitura geográfica dos alimentos.

A riqueza e a necessidade podem ser vista pelo fato de a produção de alimento se constituir sob múltiplas determinações do poder, da economia, da cultura em várias escalas. Convém, desde o princípio, ajustar uma premissa: o alimento é condição essencial da

reprodução da vida, por isso é mediado pela relação entre sociedade e natureza de acordo com os contextos históricos-espaciais, conforme viu-se na passagem da troca simples para a troca acumulada. Em decorrência disso, a subordinação do alimento aos impérios agroalimentares redonda na subordinação do trabalho, do corpo e da vida. Há que destacar que a financeirização do alimento é acompanhada de elementos sensíveis como o adestramento do paladar; o modelo fast-food; a imposição do fordismo alimentar. Não à-toa o alimento é midializado, performatizado e gourmetizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho exposto tratou de enunciar entradas, leituras, tensões e problemáticas em torno da produção de alimentos. O que quis considerar foi as possibilidades da geografia em interpretar o tema, recorrendo aos trabalhos seminais de Josué de Castro, incluindo a virada crítica da geografia brasileira até a referências da geografia cultural com as ideias de geossabores e geopoéticas.

Para gerar consistência argumentativa recorreu-se a dois contextos histórico-espaciais: o pós-guerra, período em que os Estados Unidos da América e aliados desenvolveram um conjunto de estratégias, inovações, pactos que culminariam – e culminou – na transformação do alimento numa grande mercadoria do mercado internacional e dos modelos de acumulação capitalistas. E as transformações contextualizados no Cerrado brasileiro e no território goiano, na virada da década de 1960/1970, em que, a partir da modernização conservadora, aos poucos, substituiu-se o regime da troca simples pela troca acumulada.

Especificamente esse contexto intercedeu para a realização de uma profunda desarticulação da agricultura camponesa, de territórios e cultura indígenas e quilombolas, dando lugar à formação dos impérios agroalimentares. Aqui a leitura do alimento merece uma pausa para a reflexão, especialmente por enxergar que a produção de alimento se constitui sob múltiplas determinações da economia, do poder, da cultura e do trabalho, em várias escalas.

Esforçamo-nos para argumentar que o fato de o alimento ser a condição essencial da reprodução da vida, a sua subordinação aos impérios agroalimentares rapidamente redonda na subordinação do trabalho, do corpo e da vida de trabalhadores do campo e da cidade. Destacamos que a financeirização do alimento, quadro atual, é acompanhada de elementos sensíveis como o adestramento do paladar; o modelo fast-food; a imposição do fordismo alimentar.

Tudo isso é acompanhado por tensões e problemáticas que atingem a vida dos trabalhadores, como o controle das terras e do território; a desarticulação do mundo camponês e a sua subordinação aos impérios agroalimentares; o cerceamento à diversidade alimentar; a quimificação dos elementos genéticos; a formação de uma rede organizada em que se situam a pesquisa agrônômica; a venda de insumos; a financeirização dos negócios; a formação de bancadas políticas conservadoras, juntando-se ao sequestro das águas; ao desmatamento descontrolado e deletério e, inclusive, à tentativa de mudar o paladar. Esses aspectos, sob a lupa da leitura geográfica, demonstram a necessidade de um reconhecimento de escalas, que vão desde as geopolíticas até a escala local.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais – Brasil Sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). **Geografia e Cultura os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Ed. Vieira, 2008, p. 47 – 76.
- ALMEIDA, Maria Geralda. **PARA ALÉM DAS CRENÇAS SOBRE ALIMENTOS, COMIDAS E SABORES DA NATUREZA, MERCATOR**: Fortaleza, 2017.
- BARREIRA, C.C.M.A. **Região da estrada do boi**: usos e abusos da natureza. Goiânia: UFG, 1997.
- CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. In: **Revista Nera**, Presidente Prudente – SP: 2004.
- CALAÇA, Manoel. Territorialização do capital: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Ateliê Geográfico**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Edição especial, vol. 1, n. 9, p. 6-23, 2010
- CHAVEIRO & BORGES. **Fazenda-roça goiana**: matriz espacial do mundo sertanejo goiano, IN: revista campo/território – revista de geografia agrária, V. 10, n. 20, p. 440-467, Uberlândia-MG-2015.
- CASTRO, Josué. **A geografia da fome. A fome no Brasil**. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1946.
- CASTRO, Josué. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro. Casa do Estudante do Brasil: 1951.
- CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1967.
- CASTRO, Josué. **Homens e caranguejos**. São Paulo, Brasiliense, 1968.
- ESTEVAM, Luís. **O Tempo da Transformação**: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2ª Ed. Goiânia: Editoria da UCG, 2004.

ESTEVAM, Luís. No Cerrado das Tropas e Boiadas (ensaio histórico – literário). In: GOMES, Horieste (Org.). **Universo do Cerrado**. Vol. 2. Goiânia: Editora da UCG, 2008, p. 468 – 479

MENDONÇA, Marcelo. **A Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano**. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente-SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, 2005.

MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antonio. Os Movimentos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1995/2001). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 82, p. 7-42, 2005.

MUSSOI R. Milena & SIROTA, Veridiane G. & DOS ANJOS, Mônica de Calda Rosa & DA SILVA, Adriella Camilla G. F da Silveira F. **AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES: RESGATE DE SABERES E PRÁTICAS NA PROMOÇÃO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL** In: III Jornada “Questão Agrária e Desenvolvimento”: Curitiba (PR), Universidade Federal do Paraná (2015).

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras: 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro et. al (orgs.). **Território em conflito, terra e poder**. Goiânia: Kelps, 2014. p. 17-104.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

SOUZA, J. G. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Íthala, 2015.

SOBRE O AUTOR

EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Possui Graduação em Geografia pela Pontífice Universidade Católica de Goiás (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1996), doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001) e Pós-Doutorado em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). É Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Espaço, Sujeito e Existência "Dona Alzira". Mantém parcerias de trabalho com instituições em Moçambique/África, Cuba, Chile e Alemanha. Coordena projetos de pesquisas financiados pelo CNPq, CAPES e FAPEG. Desenvolve trabalhos ligados à abordagem territorial do Cerrado; saúde, trabalho e território; cartografias existenciais de Pessoas com Deficiência; Geografia, literatura e arte. Possui bolsa produtividade :Produtividade em Pesquisa - PQ - 2 com o título: A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NO CERRADO GOIANO: propostas para a soberania alimentar dos povos, pela instituição de Execução: Universidade Federal de Goiás.